

Aurélio de Oliveira *

Diogo Gomes: Trato e diplomacia ao serviço da Expansão

R E S U M O

Importante explorador de Quatrocentos, ainda que dele pouco se saiba. A partir de agora poderá atribuir-se a sua naturalidade à Cidade de Lagos. A expansão marítima portuguesa muito lhe ficou a dever, não obstante, nem o Infante nem a Coroa terem sabido explorar, no imediato, as enormes vantagens estratégicas (mercantis e políticas) das suas missões em África. Executou várias viagens a África e às Ilhas pelo menos até 1460. Enriquecido com os tratos marítimos, como muitos outros colaboradores do Infante e da Coroa, deixou-nos um importante Relato das suas missões (ainda que transmitida por interposta pessoa). Nele se dá particular realce às suas Viagens de 1456 e 1460.

A este Homem se ficou a dever uma notável e importante alteração das atitudes com que passou a encarar-se a aproximação ao Continente e às populações de África, que até aí se tinham pautado essencialmente pela violência e pela hostilidade, mesmo que, alguma vez, o objectivo tenha sido a conversão. Com ele se perspectivou a primeira possibilidade da constituição de uma colónia em África na base das relações pacíficas e amistosas que deixou atrás de si. Mais que um burguês e mercador, um verdadeiro diplomata - o primeiro - nos anais da expansão marítima portuguesa - faceta aqui particularmente ressaltada - para além da importância específica de ter sido o primeiro grande explorador do Continente e dos caminhos do ouro africano, da sua intransigente e drástica acção como capitão de armada nos mares do Atlântico e, até, da de descobridor de alguma das Ilhas do Arquipélago de Cabo Verde, que dentro em breve se irá constituir numa importante posição estratégica para a aproximação e controle dos mares, à entrada do Grande Golfo da Guiné.

(NB: Reprodução da Fonte na versão portuguesa deixada pelo Pe António Brásio).

Diogo Gomes é, sem dúvida, um dos importantes personagens que durante todo o século XV se lançaram do rochedo peninsular em busca de novos horizontes, novos produtos, novas mares e novas terras. Parece-nos mesmo como uma das pedras mais determinantes de novas políticas e atitudes com que, a partir de certa altura, se passou a entender e encarar os contactos com as populações da Costa africana passando da verdadeira rapina e assalto, (com a captura, pela violência, de muitas das populações do litoral), a uma outra atitude. As páginas de Zurara não deixam dúvidas acerca deste comportamento generalizado que durante anos foi praticado. Na opção por outros contactos, pacíficos ou decorrentes das normas de trato e comércio, Diogo Gomes é uma peça fundamental, marcando assinalável diferença com todos os demais que o haviam precedido.

Pouco se sabe deste homem. Até ao presente, nem lugar nem datas de nascimento nem o ano da sua morte.

Não temos hoje grande dúvida que Diogo Gomes foi natural de Lagos. A referên-

* Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História. Professor Catedrático.

cia indirecta à caravela que capitaneou, e com a qual integrou a expedição de Lançarote, em 1445, assim o permite concluir.

Zurara refere, com efeito, o *Picanso natural de Lagos* (por duas vezes dizendo ter ele capitaneado uma caravela (*Uma caravela de Tavira e outra de um homem de Lagos que se chamava o Picanço*)¹. Esse Picanso, e o tavirense, saíram de Lagos com ligeiro atraso em relação ao grosso da expedição. Zurara não refere nenhuma das façanhas militares desse Picanço, contrariamente ao que nos conta dos outros. O facto de nas páginas de Zurara não figurar nos assaltos e confrontos à mão armada, justificará a ausência de referências posteriores, como também o facto de, segundo Zurara, não terem depois ido ou chegado à terra dos negros².

Zurara referiu com particular ênfase as acções bélicas e de cavalaria (mesmo que algumas se tenham revestido de simples assalto e rapina). E essa faceta, sem esquecer o “proveito” que tais acções davam - e que Zurara não se cansa de sublinhar - foi particularmente desempenhada por Lançarote e pelo grosso da expedição. O principal responsável desta expedição é claro e explícito: “Nos não viemos a esta terra senão pera pelejar”³.

Barros volta novamente a referir o *Picanço*, seguindo nisto o texto de Zurara⁴ novamente sublinhando o carácter bélico e militar desta expedição de Lançarote: “a principal tençam porque aprouve ao senhor jnfante virmos todos em hu corpo, e eu per capitam foy pera que brevemente poderemos destruir esta jlha de Arguim de que os nossos quando aqui vinham recebiam dano”⁵ “porque não pelejando somos certos que nossa vinda foi de balde”⁶.

Diga-se que a expedição tinha também um carácter punitivo pelas mortes que se tinham verificado no ano anterior e de que os de Lisboa, que integraram esta expedição, iam particularmente agravados⁷.

Ora, é seguro que Diogo Gomes não participou, de facto, nessas acções (que nem Zurara as conta nem ele próprio as refere no Relato que nos deixou). Mas fez resgate a seu modo e, ao que se apercebe do seu texto, sem grande violência, isto é, sem mortes: “apoderei-me de 22 pessoas que estavam escondidas e as trouxe ante mim, sosinho, como se fossem rezes, por meia legua até os navios”⁸.

Ora, o que se apura é que o *Picanço natural de Lagos* não se chamava efectivamente Picanço, mas Diogo Gomes. A caravela que capitaneou nessa expedição, ou

¹ ZURARA, 1973: 253, 291. Vide PERES, 1943: 90; DIAS, 1963: vol. I, p. 166.

² Não é sustentável o alvitre de Gabriel Pereira que identifica o Diogo Gomes com “o Vinagre” que acompanhou Nuno Tristão (ZURARA, 1973: 75). (Cf. DIAS, 1965: 219).

É evidente também que o silêncio de Zurara se pode dever a outros motivos, já que foi contemporâneo de Diogo Gomes e soube, com certeza, da sua importante missão de 1456, como não deve ter sido pouco falado do facto de ter sido enviado como capitão de armada para os mares do Cabo Verde - Guiné em 1460. O relembrá-lo nos feitos que conta até 1448 seria mais que lógico.

³ ZURARA, 1973: 238-239.

⁴ BARROS, 1988: vol. I, p. 42.

⁵ BARROS, 1988: vol. I, p. 43.

⁶ ZURARA, 1973: 101.

⁷ ZURARA, 1973: 209 e segs. 225.

⁸ Diogo Gomes *Relação*. Todas as mais referências ao texto da Relação vão omitidas. O leitor encontrará todas as citas em passagens várias do texto que, aliás, vai em Apêndice Documental na versão definitiva em que a deixou o P.e António Brásio. (NB: Por motivos de última hora, relativos à orçamentação deste número da Revista, não foi possível fazer aqui a reprodução na versão aqui referenciada).

numa expedição paralela à de Lançarote, (como mais me parece), essa sim, teve por nome Picanço, (ou *Piconso* como vem na versão de Gabriel Pereira e mantida na de Brásio⁹ *A Picanço* (não é possível que Diogo Gomes tenha esquecido o nome da caravela que comandava) integrava um conjunto de cinco outras caravelas pequenas, razão por que se adiantaram no regresso ao reino¹⁰. É manifesto que Zurara toma a invocação da caravela pelo nome do seu capitão.

A sua idade rondaria então os vinte anos (Cadamosto quando saiu de Lagos contava também com uma idade semelhante: uns vinte e um anos). A ser assim, o seu nascimento deve ter ocorrido por volta de 1425¹¹. Não conhecemos também o ano da sua morte. É muito provável que o seu óbito tenha ocorrido por alturas de 1497/99, pois sabe-se que em 1502 era já falecido¹². Contaria, então, a ser assim, uns setenta e dois a setenta e quatro anos de idade¹³. É muito provável que tenha inaugurado por 1444/45 a sua actividade de capitão e piloto firmando-se desde aí também como mercador cujos cabedais engrossaram nos tempos futuros. Com efeito, pouco depois, surpreendemo-lo como armador de embarcações para os tratos do mar.

Como outros (e o paralelo com Fernão Gomes - e até com Fernão Teles - volta a pôr-se¹⁴ andou envolvido nos tratos com Ceuta e o Norte de África, como ainda também no trato das Ilhas¹⁵. Na verdade, confessa ter estado *por uma primeira vez* na Ilha da Madeira¹⁶. Ora, se refere expressamente *uma primeira vez*, é por que aí foi mais vezes. A partir dessa altura, 1444/45, os cereais da Madeira (a par do refresco) eram importantes não só para a metrópole como, sobretudo, para o trato e abastecimento de Ceuta¹⁷. Aliás, nessa mesma expedição de Lançarote, algumas das caravelas que a integraram ou eram da Madeira ou de reinóis que passaram pela Madeira¹⁸. Aí iriam armar

⁹ A mesma ou outra de igual nome com que mais tarde em 1456 partirá na companhia de mais duas para a sua missão nas costas e mares do Cabo Verde e Guiné. A mesma designação se mantém na tradução do P.e António Brásio (que reproduzimos em Apêndice Documental).

¹⁰ BARROS, 1988: vol. I, p. 44.

¹¹ Não há, pois plausibilidade de a barca do Porto de um Diogo Gomes (em data de 1427) - de que foi mestre Vasco Vicente - pertencer a este Diogo Gomes de Lagos. (FREITAS, 1989: 344). Não sabemos dos fundamentos de Mauny para atribuir o seu nascimento a 1402 (sem referir a fonte. *De la première découverte de la Guinée*. Bissau. 1959). Aproximámo-nos, por isso, do alvitre de Armando Cortesão, pois afirma que à altura em que contou os seus feitos para Behaim - circa 1484 (1485 segundo Duarte Leite) teria uns sessenta anos. CORTESÃO, 1931: 29-35; LEITE, 1941: 149.

¹² MARQUES, 1949: 12.

¹³ Encontrámos um Diogo Gomes a residir em Setúbal em Junho de 1451 irmão de Mem Gonçalves - escudeiro e criado da Duquesa de Borgonha - que se omizara em Castela por crime de morte ocorrido nessa Vila. O Monarca concede-lhe carta de perdão com a obrigação de servir em Ceuta atento o facto do seu irmão Diogo Gomes o ter servido "nas guerras que ouvemos com o Infante D. Pedro". Duvidamos, mas pode ser que se trate do mesmo Diogo Gomes que em 1444/45 se diz ser natural de Lagos. Muita dúvida da nossa parte. Fica, porém, mais esta suspeição ou possível pista. AZEVEDO, 1915: vol. II, p. 32-33. NB: Não creio - mas também poderá ser - que a referência em Pedro Ribeiro - 1456 (D. G) se refira a Diogo Gomes) Cf. *Dissertações Chronologicas* V. Lisboa. 1896. 303

¹⁴ OLIVEIRA, 1999.

¹⁵ Incluindo as Canárias. ZURARA, 1973: 291.

¹⁶ *Relação*. Se o Relato foi contado para Behaim em 1484 *essa primeira vez* teria ocorrido pelos inícios dos anos 50.

¹⁷ GODINHO, 1981: Passim.

¹⁸ ZURARA, 1973: 223; BARROS, 1988: vol. I, p. 41.

outras em expedições posteriores¹⁹. "E era já cousa acostumada a que o Infante mandava, quando partiam deste reino irem primeiramente à ilha da Madeira pera receberem suas vidualhas"²⁰.

Creio que é este envolvimento nos tratos e nas viagens marítimas que ajudará a justificar os cargos e missões importantes que depois receberá. (O Almojarifado, foi algumas vezes dado em recompensa de acções relevantes prestadas ao Monarca).

Se a não tinha, a ascensão política e social do mercador de Lagos veio relativamente rápida: em 1451 surge-nos como escrivão da carreamento real e criado da Casa real. A sua íntima ligação aos tratos de África está documentada na Carta de Quitação dos géneros para Ceuta referente aos anos de 1451-52 passada a Gonçalo Pacheco, onde nos aparece como *escudeiro real* com tença e moradia. Responsável pela arrecadação do pão do Infante de Fronteira e das Beiras²¹. Muito antes, pois, de 1463. Créditos firmados, nesta altura, ligação aos tratos, participante nas expedições de África e de viagens para as Ilhas. Seria, pois, um homem atento e um mercador interessado nas coisas de África.

Sabe-se como estas, na sua vertente marítima, caíram num impasse durante esta década e parte da seguinte, quer por parte da Coroa, quer do Infante de que ele próprio - Diogo Gomes - é mais uma testemunha sublinhando, no relato que nos legou, a inversão verificada. Sublinharia por seu turno Barros: "idas a Africa e Castela que quasi occuparam a vida de el rey causou nam levar o fio deste descobrimento tam continuado como no tempo do jnfante dom Anrique"²².

É neste contexto que a burguesia mercantil procurará desbloquear a situação. Surgem italianos em cena e tem-se acentuado particularmente este facto. Todavia, eles andam sempre ao lado e (deixadas as sandálias mediterrânicas e tomadas as galochas atlânticas) guiados pela mão de mercadores e pilotos portugueses. Daqui resultarão as viagens de Vicente Dias /Cadamoto em 1455, a do capitão anónimo e novamente Cadamoto em 1456 (além de António de Nola (seu irmão Bartolomeu e sobrinho Rafael) e Usu di Mare acompanhados de mercadores ou pilotos portugueses²³. Há efectivamente movimentação de mercadores nacionais aos quais aqueles sistematicamente se associaram. Deste conjunto de iniciativas espontâneas da burguesia mercantil fazem parte as duas viagens de Diogo Gomes em 1456 e 1460. E refere Barros que por estes mesmos anos (1459/60) alguns outros (desta feita também criados de D. Fernando) haviam partido para os mesmo mares²⁴. Sem dúvida, mercadores nacionais em movimentação.

Mas estas viagens de Diogo Gomes não são simplesmente mercantis como as restantes. São, sobretudo, de prospecção geográfica e comercial, a que se juntaram também missões de vigilância e policiamento nos mares descobertos, pressupondo poderes e missões específicas atribuídas pelo Infante para tal, fazendo supor directa intervenção deste, quiçá e também do Monarca.

A guerra na retaguarda era, de facto, a ocupação preferencial do Monarca e, nessa altura, também do Infante. As explorações e trato sofreram rude golpe. Todavia, viagens, pelo menos de acautelamento, nos mares de Guiné, não desapareceriam de ime-

¹⁹ ZURARA, 1973: 370, 376.

²⁰ ZURARA, 1973: 376.

²¹ MARQUES, 1949: vol. I, Supl. 569-570; AZEVEDO, 1915: vol. II, p. 346.

²² BARROS, 1988: vol. I, p. 63.

²³ ZURARA, 1973: 291.

²⁴ BARROS, 1988: vol. I, p. 64.

diato. Assim o prova a tão pouco referida mas deveras importante missão de Cid de Sousa (como de Nuno de Góis) que o Monarca para ali enviou a expensas próprias em 1453²⁵. E outras se realizariam também durante essa década de cinquenta²⁶.

Não obstante, nem o Monarca nem o Infante terem prestado a devida atenção ao alcance dos resultados que Diogo Gomes acabava de obter em África e das enormes perspectivas que se abriam quer à Coroa quer à Casa do Infante depois das novas trazidas e dos caminhos abertos que Diogo Gomes deixara nas terras e nos mares de África, a ascensão social, com a paralela afirmação económica, decorrerão essencialmente depois destas importantes missões - quer da de 1456 quer da de 1460.

Depois da viagem de 1456 foi investido (ou recompensado) com o cargo de Almojarife da Vila de Sintra que aparece a exercer em Outubro de 1459 e que manteve até 1479/80. Pelos tempos posteriores firmar-se-á como um dos bons burgueses da capital intimamente ligado aos tratos marítimos. Entretanto, tornar-se-ia íntimo do Infante como se conclui da primeira missão desempenhada e da enorme confiança e distinção que lhe é feita a quando da morte deste. Na verdade, seria incumbido por D. Afonso V do reconhecimento e da trasladação do corpo do Infante para a Batalha.

Por 1460 realiza a sua terceira viagem (das expressamente documentadas) a terras de África deixando abertos os mais promissores caminhos do ouro e produtos africanos com as enormes perspectivas de se fazerem na base de relações pacíficas e de amizade com os povos do Continente.

É seguro que por esses tempos continua bem entrosado nos tratos do Reino. Na verdade, em 1464 surge-nos como armador²⁷. O seu envolvimento de modo directo ou indirecto no trato africano é um facto. E em 1466, depois da segunda e mais importante missão a África vê-se finalmente dotado por Afonso V com uma tença de 4.800 reais. (Menos caberia ao famoso piloto e navegador Pero de Sintra que tanto serviço prestava ao Monarca, contemplado apenas com 4.000 reais). Em documento de 1466 refere o monarca os motivos: "pelos serviços que me tem feito no reino de *Portugal*, em *Castela* e em *África*"²⁸. (Se assim é, levou tempo a recompensá-lo dos extraordinários serviços prestados em África e nos feitos do mar mas aos quais, na verdade, dava muito pouca importância). Fica também seguro que já nesta altura desempenhara missões e serviços em Castela (os quais, por completo, continuamos a ignorar). Cumularia a tença com funções administrativas importantes como Juiz das Coutadas e Montarias nesse mesmo ano de 1466. Em data imprecisa, toma também o Juiz das Sisas da Vila de Colares que D. João II lhe confirma em 1482. Foi também Cavaleiro da Casa Real. Muito plausivelmente já por directa interferência do Príncipe D. João pois nos aparece, então, com esse título de nobreza (e Vedor dos Paços de Sintra, em 1479)²⁹. Desde 1471-1474 que o Príncipe ficara intimamente associado ao comércio e aos negócios do mar. Esses último título acabaria já certamente com intervenção do Príncipe, gratificando um dos primeiros e melhores informadores das coisas de África.

Bem pouco rasto deixou nos Anais e Crónicas do Reino, à semelhança, aliás, do que

²⁵ FARO, 1957.

²⁶ OLIVEIRA, 1999.

²⁷ S. Marques. *Descobrimientos*. III. 41.

²⁸ MARQUES, 1949: 11. O texto deixa por vezes perceber que terá realizado mais que estas três viagens expressamente referidas (além das várias que parece ter efectuado à ilhas).

²⁹ MARQUES, 1949.

aconteceria com muitos outros que nas mesmas andanças do mar se meteram e que, sem dúvida, muitas façanhas e obras concretizaram. De Zurara a Duarte Pacheco Pereira, de Resende a António Galvão, de Damião de Góis a Barros, são testemunho documental inequívoco que não pode calar-se acerca desse número incerto de pilotos e capitães de que hoje ignoramos o nome. De muito ficaria fraca notícia em papéis paralelos e avulsos que não mereceram a notoriedade de subir aos textos memoráveis das Crónicas oficiais do Reino.

Os Tempos da Memória Histórica não eram ainda muito propícios a fixar e a demorem-se em alargadas notícias e crónicas sobre personagens “secundários”, fora das linhagens régias e nobiliárquicas mesmo que eles tivessem ascendido e obtido, posteriormente, pelas suas relevantes acções e feitos, o estatuto da nobreza de sangue. Por sua vez, as lutas e disputas políticas de então e que cobririam, com rara violência, o último quarto do Século XV com largos reflexos ainda pela inícios do Século XVI (que liminarmente se poderiam consubstanciar em torno da antinomia e das incompatibilidades estruturais e comportamentais entre a nobreza tradicional e a nobiliarquia mercantil da burguesia e da nobreza mercantilizada), encarregar-se-iam, nos textos definitivos que nos ficaram, de ressaltar uns e apagar outros. Por isso, se alguma vez tiveram eles tratamento alargado nas páginas de algumas crónicas, estas, entretanto, ou destruídas ou apropriadas mas sempre “consertadas” calariam a voz e a presença de muitos desses personagens. Já Com Afonso V houve pressa em “consertar” Crónicas (!...), e em apagar vozes discordantes. Afonso de Cerveira – que escreveu uma Crónica do Reino e que se crê ter também escrito a única Crónica acerca do Regente D. Pedro - cairia, e calar-se-ia para sempre (com os seus escritos) numa das Ruas do Porto às mãos dos criados do Infante D. Henrique). D. Manuel, ao que parece, ainda não contente com as “sovas” dadas nos textos oficiais, encarregar-se-ia ainda de lhes “ordenar” mais outro generoso “conserto”! Nada menos que nove Crónicas do Reino foram, assim, a seu modo “consertadas”, isto é, postas nos devidos termos, no testemunho insuspeito e seguro de Damião de Góis³⁰.

É inegável que se distorceriam factos se apagariam figuras, atitudes e personagens, e se ressaltariam e exaltariam outras. De alguns nos ficariam muito breves e lacónicas referências e breves testemunhos. Factos que nos tornam hoje impossível a reconstituição de alguns que bem se apercebe e se constata terem sido bem importantes e bem decisivos na História de Portugal destes tempos e, no que a este quadro concerne, bem importantes na gesta geográfica e mercantil como, finalmente, política, quer do século XV, quer dos inícios do século XVI. As atenções dos cronistas oficiais iam para as figuras dos monarcas e dos apaniguados, quando importava ressaltá-los.

Quando isso não bastasse, o incrível desleixo de escrever e deixar testemunho das nossas coisas contribuiria, também, para deixar definitivamente no esquecimento muitos outros testemunhos, feitos e personagens. Um raro texto que nos ficou de um piloto e capitão – de tantos que foram abrindo os caminhos do Atlântico - foi o de Diogo Gomes e, tão só, por o haver passado ou contado as suas memórias para estrangeiros.

Deixando o consabido apagamento intencional da figura de D. Pedro, foi essa a sina de um personagem decisivo – Fernão Gomes da Mina³¹ - e cremos ter sido essa também a sorte deste ainda tão enigmático Diogo Gomes. E afirmámo-lo porque os

³⁰ GÓIS, 1619: 346.

³¹ De que recentemente nos ocupámos, tendo-o conseguido identificar no Tríptico de Nuno Gonçalves cf. OLIVEIRA, 1999: 53-54.

directos recados que diz ter dado ao Infante não tiveram sequência ou não foram julgados oportunos, e foram esquecidos em parte pelo Infante e, sobretudo, pelos que assumiram directas responsabilidades no período que se seguiu desde a sua morte (logo ocorrida em 1460) a 1469. O que salvou Diogo Gomes para a Memória dos tempos, foi o ter escrito ou contado algo do que realizou. Caso contrária o relevantíssimo papel por si desempenhado ter-se-ia apagado para sempre. (Zurara seu contemporâneo esquece-o na Crónica: não lhe cita o nome. Só Valentim Fernandes o refere uma vez, de raspão, ao lembrar o achamento da ilha de Santiago). “A História ingrata” não reteve muitos nomes como deixou apoucados e minimalizados muitos outros. Dinis Dias seria aqui outro dos exemplos que se poderia referir como extremamente apoucado na memória histórica que dele nos ficou³².

De duas das viagens de Diogo Gomes nos ficou um relato que até nós chegou por interposta pessoa. As suas viagens acabariam lembradas e fixadas (em versão bem breve, aliás), por Martinho da Boémia ou Martim Behaim com exacta designação de *De prima inventione Guynée* (*Da primeira descoberta da Guiné*, mais vulgarmente designada por *Relação de Diogo Gomes*).

Este alemão de Nuremberga tomaria directo contacto com os meios náuticos e marítimos nacionais talvez em 1484. Particularmente atento e interessado acerca do que os portugueses iam operando nos mares, foi recolhendo todas as informações possíveis, entre elas as notícias de viagens ou passadas ou contemporâneas que os pilotos e capitães de D. João II estavam realizando em todos os mares, circulassem algumas já em suporte escrito, ou fossem tomadas de directos ou indirectos relatos orais. E, na verdade, parece que Martinho da Boémia se socorreu dos dois meios, até para a versão que nos deixou no “*De prima inventione Guynée*” ou *Relação de Diogo Gomes* (para não falar de outras informações ou apropriações que mais tarde deixará no seu *Globo* ou passará ao *Livro das Crónicas* de Schedel). Pode, na verdade, este relato ter sido contado também a partir de notas escritas tomadas do próprio Diogo Gomes, se é que não de outros. Facto que parece genericamente aceitável pela maior parte dos analistas, (sobretudo para a primeira parte desse texto em que se relatam os acontecimentos e viagens até às duas últimas de Diogo Gomes em 1456-1460).

A missão relevante de que fora incumbido deixa como muito plausível que tivesse dado origem a algum relato escrito que, à semelhança de cartas e mapas que iam sendo feitos das terras descobertas (e de que Cadamosto, na mesma altura, afirma irem sendo feitas fixando os registos e informações das sucessivas expedições e viagens). A exacta localização das feiras de Cantor e dos lugares e caminhos do ouro, que Diogo Gomes trouxe pela primeira vez ao Infante não devem ter sido deixadas apenas de ouvido, algures, em lugares e geografia incertos nas Costas ou no interior do Continente africano. Muito provavelmente devem ter acompanhado o documento escrito que diz ter entregue a D. Henrique, da parte do rei Nomimans³³.

O texto de Behaim acabaria, por sua vez e pouco depois, entre 1495 e 1508, nas mãos do Impressor alemão Valentim Fernandes (da Morávia) que chagara por esses anos também a Portugal – (e onde se manteria como impressor régio privilegiado até

³² MAUNY; DUVAL, 1950: 306.

³³ Anda, aliás, referido por alguns autores uma espécie de *Livro de memórias náuticas* ou marítimas em que se compilavam ou reuniam todas estas informações e que possuiu o próprio Infante D. Henrique. Livro que, entretanto, se perdeu por completo e onde poderiam andar estas e outras memórias.

1518 (desempenhando junto da “nação” alemã de Lisboa outras importantes funções).

Também Valentim Fernandes reuniu e recolheu várias memórias náuticas com notícias até os anos de 1508, as quais mandou (ou vendeu) para os meios ilustrados de Alemanha, mercadores e banqueiros, seus amigos (se é que ele não era um agente directo dos mesmos, pois é seguro andarem eles particularmente curiosos e atentos a estas movimentações marítimas dos portugueses e dos peninsulares. O famoso impressor, acabaria mesmo por tomar um lugar estratégico para recolher e passar todas essas informações. Obtida a confiança de D. Manuel, tornar-se-ia um autêntico corrector da nação alemã em Lisboa desde 1503. É mais que aceitável e plausível esse seu segundo ou terceiro ofício - de verdadeiro espião para os interesses dos banqueiros e mercadores seus patrícios. Alguma correspondência trocada com mercadores alemães assim o parece comprovar. Entre outras uma importante notícia enviada a seu familiar, Estevão Gabler, também mercador de Nuremberga³⁴. (Não eram só os alemães que procediam, então, desse modo. Nesta mesma carta refere Valentim Fernandes as várias notícias que correm - e se imprimem - acerca das coisas (negócios e acontecimentos) que se estavam passando e praticando em Lisboa³⁵.

Os banqueiros e mercadores alemães estavam particularmente atentos ao que se estava abrindo a partir de Lisboa e dos seus meios náuticos. É possível que mais, como mais tarde se verificará, mas nesta altura particularmente três indivíduos assumiram, por motivos vários, particular relevância: Como Martinho Behaim de Nuremberga, assim este Valentim da Morávia, (que não era apenas um notável impressor) como ainda, pela mesma altura, Jerónimo Munzer, (que por sua vez recolheria outras importantes informações que também passou a texto escrito). Todos estavam profundamente ligados aos meios mercantis e bancários da Alemanha. Nuremberga (também terra de Munzer) era já então um importante centro financeiro integrando uma rede mais alargada de cidades bancárias do Sul da Alemanha. As notícias que recolhiam em versões orais ou que conseguiam recolher ou copiar de notas escritas, apressavam-se a enviá-las para esses meios, ao que se vê, particularmente atentos ao que se vinha operando nos centros marítimos de Portugal, isto é, efectivamente, na Corte do Rei Mercador. Valentim Fernandes foi o que maior quantidade de textos e notícias de ouvido logrou recolher. Notícias e memórias dos feitos que os portugueses realizaram nos mares desde a primeira metade do Século XV. Copiaria quase na íntegra Zurara. Reuniu e recolheu notícias e relatos orais fossem directos (como foi o caso de Diogo Gomes e como também a do marinheiro Gonçalo Pires “que foy a esta e a outras ilhas muitas vezes”³⁶ como a de um Álvaro Velho acerca das terras da Guiné³⁷, fossem indirectos, mas que serviam de preciosas informações aos meios económicos donde saíra.

Todos esses papéis acabariam nas mãos de um humanista - Conrado Peutinger (que aos manifestos interesses culturais aliava fortes ligações aos círculos económicos das mesmas cidades bancárias do Sul da Alemanha. Acabaria ligado por casamento à grande casa bancária dos Welser. Peutinger - “dedicado lusófilo” na expressão de Damião Peres -³⁸ colecionaria todos esses papéis. Entre eles foram encontradas as notí-

³⁴ BRÁSIO, 1960. Idem, 358.

³⁵ *Códice Valentim Fernandes*, 1997: 162.

³⁶ *Códice Valentim Fernandes*, 1997: 115.

³⁷ *Descobrimientos Portugueses*, 1988: 422-23.

³⁸ Vide *Codice Valentim Fernandes*, 1997: 181.

cias de Valentim Fernandes, (que o próprio lhe parece ter remetido em ano posterior a 1508³⁹. Deles constava o *De prima inventione Guynee* de Martinho da Boémia, na verdade, o relato ou *Relação de Diogo Gomes*.

A notícia de Behaim, inserta por Valentim Fernandes e coleccionada por Peutinger, acabaria por vir à luz em 1845 por Schemeller (da Biblioteca de Munich) na sua versão latina. A primeira tradução portuguesa, seria feita em 1878 por Ernesto do Canto mas apenas na parte relativa às ilhas⁴⁰. A versão completa e a primeira tradução, por Gabriel Pereira em 1899⁴¹.

As duas últimas viagens documentadas de Diogo Gomes são importantes a vários títulos ainda que continuem envolvidas em acesas polémicas: quer atinentes à veracidade de algumas passagens do texto, quer relativas aos conhecimentos de Diogo Gomes e da autenticidade dos instrumentos e recursos náuticos por ele utilizados, (que Duarte Leite contesta, por vezes, duramente,⁴² como dos exactos locais até onde terá levado as suas explorações como até dos seus reais objectivos e - a questão das mais discutidas - relativa à verdadeira autoria do achamento das ilhas do Arquipélago de Cabo Verde. Como não é, este último, o objectivo da presente reflexão, deixaremos tudo isso de lado remetendo par uma alargada bibliografia que disso se tem ocupado⁴³. Centrarnos-emos, apenas, no aspecto que hoje pretendemos ressaltar: o da acção de Diogo Gomes como explorador e, sobretudo, apreciar a sua acção como verdadeiro “diplomata” no contexto da expansão portuguesa Quatrocentista.

A missão (ou as duas últimas missões de Diogo Gomes) não foram tanto de ir ao trato ou ao saque, como na primeira, mas de ir a descobrir (*que fosse avante quanto pudesse*), sobretudo, de procurar estabelecer relações pacíficas e de comércio em África, numa área geográfica em que os contactos passaram a ser muito difíceis. Das suas missões resultou a mais importante penetração no Continente como de ter alongado e levado a exploração geográfica e alargado as perspectivas mercantis ao conjunto dos principais rios da Guiné⁴⁴.

A relevância da área descoberta e das relações que aí se vieram a estabelecer futuramente (que Duarte Pacheco Pereira particularmente aponta)⁴⁵, sublinhariam o enorme alcance logo trazido aos meios náuticos e mercantis nacionais, não obstante terem ficado, no imediato, para os principais responsáveis, sem efeitos práticos e assim permanecendo, até ao arrendamento tomado por Fernão Gomes em 1469. (E restaria saber do alcance, dimensão e importância, dos contactos e informações trocadas - mais que plausíveis entre estes dois homens que faziam parte deste grupo de burgueses que

³⁹ CANTO, 1878: 77-85.

⁴⁰ “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”. N. 5. Lisboa. 1899. Utilizamos Separata datada de Lisboa. 1900. A reprodução mais recente em GARCIA, 1983. Texto latino revisto (sem tradução) em 1997 pela Academia Portuguesa de História. *Códice Valentim Fernandes* - Lisboa. 1997. Apresentação de Pereira da Costa.

⁴¹ LEITE, 1941: 148-157. Vide também GODINHO, s.d.: vol. I, p. 106 e segs.

⁴² Quanto aos objectivos, cf. MOTA, 1946 e MOTA, 1950: 316. Segundo o autor, a busca do Preste João e o objectivo político-económico: “o domínio do comércio aurífero do Sudão”. Parecem-nos objectivos que se uma vez antepostos às missões ficaram gorados não se concretizando por parte dos responsáveis nenhum deles - o Infante e Afonso V - manifesto o desleixo e esquecimento em que deixaram cair as perspectivas e possibilidades deixadas com a missão de 1456. Vide também OLIVEIRA, 1998.

⁴³ CORTESÃO, 1975: vol. II, p. 558 e segs.; 573 e segs.

⁴⁴ PEREIRA, 1892: 57-58.

⁴⁵ OLIVEIRA, s.d.

circulavam do Algarve à capital, que tinham idênticos interesses e que frequentavam os mesmos meios da Corte e do Infante. É impossível aceitar que não se tenham conhecido tão ligados que estiveram aos meios náuticos e às viagens de exploração e comércio, e ao círculo dos mais directos colaboradores e conselheiros quer do Infante, quer de Afonso V quer, depois, de D. João. Relembre-se que quando Diogo Gomes parte para a viagem de 1456, Fernão Gomes “supervisionava já o trato destas terras. Afonso V tinha-o feito recebedor dos direitos de Guiné”⁴⁶. E sabe-se que Diogo Gomes recebeu favores de D. João, quer como Príncipe quer, depois, já como Monarca. (É mesmo muito provável que a nobilitação se tenha verificado já por directa intervenção deste, pois o vemos com o título de Cavaleiro da Casa Real apenas em documentos de 1479, como já referimos⁴⁷. Curioso será anotar que a primeira grande tentativa de penetração (com o objectivo claro da travessia do Continente seria feita por D. João II e ela assentaria ou partiria de todo este conjunto de informações que, pela primeira vez, Diogo Gomes deixou abertas, dos mesmos rios que ele explorou e pela primeira vez subiu, “*cometendo (daí) o descobrimento do sertão*”⁴⁸. Seriam, de facto, preciosas as informações geográficas e mercantis tomadas no grande interposto de Cantor, como as facilitadas propiciadas pelos contactos amigáveis e pacíficos que deixou abertos na região. Por algum tempo esquecidas, seriam depois retomadas⁴⁹. E é seguro que Diogo Gomes vivia ainda quando essas tentativas foram feitas por D. João II.

Deixemos o texto e as suas vicissitudes, as anotações a factos e datas que refere, sobretudo anteriores às Viagens de 1456 e 1460, e venhamos ao principal objectivo da nossa reflexão e análise.

Ficou clara a estreita ligação de Diogo Gomes com os principais interesses e meios mercantis de então, a partir, desde logo, da principal base de operações desses meios, como foi Lagos. Na verdade, foi Lagos que centralizou toda esta principal azáfama mercantil e descobridora em direcção aos mares atlânticos das Ilhas e de África pelo menos até 1463 altura em que feitoria ou a Casa de Lagos se transfere para Lisboa.

Deixando de lado a sua primeira expedição de 1445, mas na qual vemos que Diogo Gomes, nem participa dos assaltos da costa nem em actividades militares, limitando-se ao resgate o que parece ter conseguido sem ter tido necessidade de recorrer a grandes violências - o que mais nos importa chamar a atenção é para a natureza das viagens de 1456 e 1460 e ao carácter de que se revestiram. Diogo Gomes assume-se aqui, de facto, como o primeiro grande explorador (nunca ninguém tinha até aí penetrado tão profundamente nos segredos e terras do Continente (e depois dele por mais de dois séculos que ninguém ousou ir mais além) como, sobretudo, primeiro embaixador e de verdadeiro “diplomata” nas relações a estabelecer em África, tendo substituído a natural atitude de represália e violência pela persuasão e pelo contacto pacífico e, mesmo, amistoso.

Até determinada altura os contactos foram de rapina e violência sobre as populações, sobretudo quando visavam (e faziam-no sempre) a captura de gente. A inflexão para os contactos pacíficos documentam uma fase importante do relacionamento com as populações do Continente sem que a violência, que representava, de per si, o trato

⁴⁶ MARQUES, 1949.

⁴⁷ Cf. BARROS, 1988: vol. I, p. 115-118.

⁴⁸ Vide MOTA, 1946 e MOTA, 1950.

⁴⁹ *Relação*.

de escravos, tenha naturalmente desaparecido. Todavia, como o seu trato era efectivamente corrente entre as populações africanas, o resgate passaria também agora (preferentemente?) por uma feição “legal” isto, é praticado e obtido “por contrato normal de comércio” *“por compra”*⁵⁰ “per maneira de trauto de mercadoria e resgates”⁵¹ obtidos “per via de resgate de cousas que non som defesas ou *per* outro *legitimo contrato de venda*” - como se afirmaria em 1481⁵².

E remata Diogo Gomes, cujo comportamento anterior já se apercebe se ter pautado principalmente pelo “tratar”: “Depois d’ isto no seu conselho o senhor infante dizia que para o futuro não brigassem com aquela gente naquellas regiões mas que travassem alianças e tratassem de comércio, e com eles assentassem pazes, porque a sua intenção era faze-los cristãos”⁵³. Mas a prudência acompanhava o conselho e, por isso, continuou o Infante a enviar caravelas *preparadas para a paz e a guerra* – sempre preparadas para a paz e a guerra. A inflexão não se operou de imediato. Depois da morte de Gonçalo de Sintra ainda expediu o Infante “outras caravelas” que nada fizeram (ou puderam fazer!) seguramente porque o pelejar e rapinar se continuava a sobrepor ao tratar e ao negociar.

Remete-se par 1455 a construção da primeira Feitoria em Arguim. Todavia, é seguro que o trato se foi organizando desde logo ali naquele excepcional lugar estratégico, vindo a estrutura administrativa (a partir de 1455) consagrar a importância de um comércio que desde aquelas expedições de 1445 ali se foi concentrando. E a testemunho de Diogo Gomes coincide com estes anos anotando, desde aqui, a mudança de atitude do próprio Infante D. Henrique.

Com a organização do trato e com a construção dessa pequena colónia e entreposto (a partir de 1455 mas, na verdade, lugar de tratos desde os tempos anteriores e finalmente muito activa já desde 1452) em terras de estranhos, havia necessariamente que mudar em algo a atitude: passava-se da rapina e fuga, ao trato e à estabilização (sedentarização).

Essa mudança de atitude ocorreu depois da expedição (ou expedições) de Lançarote como da de Gonçalo de Sintra - claramente marcadas pelos confrontos e pela violência, de que o último acabaria vítima no decurso da sua segunda expedição). E, porque alguns persistiam nessa modalidade de captura, pelos anos de 1445-46, anotou segunda vez Diogo Gomes “bem poderiam tomar alguns e (mas) não ousavam, porque o senhor infante assim lhes ordenara, nem que lhes fizessem qualquer cousa nociva, e assim nada lhes fizeram”⁵⁴.

A excepcional posição de Arguim, num golfo ao fundo do qual se abria a boca de um rio navegável – o rio S. João - pela primeira vez dava aos mercadores a possibilidade de acesso à principal rota caravaneira por onde circulavam os produtos ambicionadas, desde os escravos ao ouro e às especiarias africanas pelo interposto de Oadan. A nova realidade aconselhava, pelo menos a alguns, uma nova atitude - comércio e trato acima da rapina e da conversão pela força, “per guerra”⁵⁵. A isso haveria também

⁵⁰ BRÁSIO, 1958: 392.

⁵¹ S. Marques, *Descobrimentos*. III. 233.

⁵² Andaria seguramente aqui a mão e o conselho do Infante D. Pedro. Nessa mesma altura (1445) a par das caravelas do Infante, enviava o Regente as suas próprias embarcações *a tratos e mercadoria* (ZURARA, 1973: 139).

⁵³ *Relação*.

⁵⁴ DIAS, 1963: vol I, p. 156? (“per guerra” - como diria o próprio Infante em 1457. BRÁSIO, 1958: 392.

⁵⁵ ZURARA, 1973: 391-32; DIAS, 1963: vol. I, p. 169.

de acrescentar as tentativas de articulação pacífica da Região do Suz, através do interposto de Messa, coração mercantil da área (e primeira escala marítima da Rota Ocidental das Caravanas que provinham das terras do ouro e das especiarias (a mesma que irrigava Oadan). Messa seria objectivo de uma importante missão mercantil e comercial para ali enviada pelos mesmos anos: precisamente em 1447⁵⁶.

Creemos, assim, que a primeira grande inflexão se verifica entre 1445 e 1447 não por acaso, na Regência de D. Pedro. E Zurara anota bem a característica dos anos que antecederam aquela data. As cousas tratadas depois - diz - “não foram tratadas com tanto trabalho e fortaleza como as passadas pois que deste ano avante (apontando para o ano de 1448) sempre os feitos daquelas partes se trataram mais por tratos e avenças de mercadoria que por fortaleza nem trabalho de armas”⁵⁷. Ficavam abertos novas estratégias para os tratos que Cadamosto, recentemente chegado, igualmente não deixou de registar⁵⁸.

Os assaltos e actos de guerra transferiam-se para outras paragens. A empresa militar de Marrocos daria a melhor satisfação aos partidários da guerra e da violência. Mas em paralelo esmoreciam, quase por completo, as viagens no mar. Desde aí, as poucas viagens que se fizeram foi de mercadores individuais, alguns dos quais até sem as necessárias autorizações do Infante. A expedição de Cide de Sousa (e Nuno de Góis) com claros fins de policiamento seria, de facto, um caso praticamente isolado por parte da Coroa. No genérico, cairia tudo num impasse, não fora o mexer de alguns desses mercadores, ora nacionais, ora juntos com os “interesses crematísticos dos italianos”⁵⁹.

As notícias da Viagem que Cadamosto fizera com o capitão e mercador Vicente Dias de Lagos, em 1455/56 - terá “avisado” o Infante que, de imediato, ordenou uma expedição de três caravelas cujo Comando entregou a Diogo Gomes. Este partiria nesse mesmo ano de 1456.

Seria nesta altura já bem conhecido e da confiança do Infante. Mais do que uma expedição de resgate de gentes, era sobretudo de prospecção geográfica e mercantil. É aceite que, explorou os grandes rios da Costa da Guiné, tendo chegado pela primeira vez ao Francasso (Rio Buba). No regresso subiu o Rio Gâmbia onde, anos antes, tinha sido liquidado pelos negros Nuno Tristão, chegando ao interposto mercantil de Cantor, cuja relevância será pouco depois sublinhada por Pacheco Pereira. Cantor (e os povoaamentos satélites) ficava relativamente próxima da zona aurífera e mineira de Bambouk. O explorador colheria aí as mais directas e próximas informações dos importantes centros auríferos da Alto Níger e da cidade do ouro - Tombuctú - donde irradiavam os principais caminhos de comércio do interior do Continente. Pôde, assim, “desfazer muitas falsidades que até aí corriam”. Colhidas todas essas preciosas informações, deixou os contactos abertos na base de relações pacíficas, mesmo amistosas. Depois desceu o rio em busca de novos contactos. Vem a estabelecê-los com dois dos potentados da região. os reis Batimansa e o Nominans sabendo aqui, diplomaticamente, ultrapassar todas as dificuldades e obstáculos que a aproximação a este último representou. Soube, como ninguém, substituir a represália e o natural desejo de desforra ou vingança e actos de força, pelo diálogo, pela persuasão, deixando os contactos abertos e

⁵⁶ Zurara fixa, pois, essa inflexão e essa mudança, em 1448. ZURARA, 1973: 406.

⁵⁷ CADAMOSTO, 1944: 22.

⁵⁸ GODINHO, 1981: vol. I, p. 82. Passim.

⁵⁹ LOPEZ DE GOMARA, 1799: t. II, p. 94.

estabelecido na base de uma notória amizade e de aceitação do Homem branco e até dos valores (cristãos) que consigo trazia.

Da sua acção resultaria a primeira tentativa ou perspectiva de colonização e até fixação no Continente com a solicitação que desses senhores recebeu para o envio de colonos e meios colonização da Europa.

No decurso desta missão Diogo Gomes age e comporta-se como um verdadeiro diplomata ao serviço do trato pacífico e dos objectivos mercantis (estratégicos?) do Infante. Com atitudes de pacificador e homem de bem, em busca de relações de amizade e nada mais (até o comércio aparece aqui como lateral nas relações que estabelece (não obstante um dos seus principais fitos fosse, na verdade, a espionagem mercantil que também soube habilmente disfarçar). Diogo Gomes é o primeiro capitão do Infante a conseguir ultrapassar a primitiva e violenta reacção das populações Negras da Guiné, (e não só, haja em nota as relações de amizade feitas também com o mercador Mouro de Tremacem que ali surpreendeu). Conseguiria articular as terras do litoral que, de facto, constituíam um escudo protector do ouro e das ricas mercadorias, com o interior e com os caminhos por onde circulavam (fora do alcance das embarcações). E quando diz “*eu fui o primeiro Cristão que consegui fazer paz com eles*”, não o diz por fanfarronice mas, por certo, com justificado orgulho, sublinhando a novidade e a importância que isso representava.

As enormes perspectivas abertas não tiveram, estranhamente, resultados nem conseqüências imediatas. A aventura militar africana, a rudeza do confronto militar sobrepôs-se à habilidade do trato. Até o espanhol Lopez de Gomara diria de Afonso V: “antes quis guerrear que resgatar com os negros de Guiné”⁶⁰.

As excelentes e promissores caminhos deixados abertos para o trato e na base de relações pacíficas e até amistosas não tiveram aproveitamento, não obstante a insistência que Diogo Gomes parece ter feito junto do mesmo Infante. “Eu depois relembrei ao Infante o que aquele rei lhe escrevera”. Ao que se vê, insistências feitas que ficaram sem resposta adequada e, sobretudo, atempada.

Vejamos mais de perto a cautelosa e hábil actuação de Diogo Gomes. (que vemos bem longe da gabarolice de que por vezes tem sido acusado. (Conviria perguntar que crédito merecem então os escritos dos italianos da altura, como depois de Colombo e Vespúcio).

Por ordem do Infante partiu Diogo Gomes de Lagos comandando uma pequena expedição de três caravelas, referindo o nome da que comandava a - Piconso (ou Picanço) - a mesma ou da mesma invocação da que antes utilizara), acompanhado por João Gonçalves Ribeiro e Nuno Fernandes Baía. Chegou aos grandes Rios da Guiné passando o Senegal, o Gâmbia, o Casamansa o S. Domingos (Cacheu) Rio Grande (Geba), descendo para lá do Rio Grande até ao Francasso ou melhor, Rio de Buba⁶¹ que em parte subiu. Todavia, por prudência, não acostou. Na verdade, a expedição de 1455 (que atribuímos a Vicente Dias), ainda se havia revestido ali nas imediações de violência e claras hostilidades (seriam ali recebidos com frechas ... e os negros rispostados à bombarda ...e “um cristão matou um negro e por yssom

⁶⁰ PERES, 1943: 107; Diogo Gomes, *Relação*.

⁶¹ *Codice Valentim Fernandes*, 1997: 73-74.

leixarom rijamente de tyrar e os crystaos tyrarom (também) rijamente e lhes matarom muytos negros”⁶².

No leito do rio teve contacto com as almadias de mouros que trocaram consigo algumas mercadorias, panos de seda ou algodão, marfim como malagueta em grão⁶³.

Com a enchente tornou a descer o rio tomando então terra na foz do mesmo. Aqui deixa, em descrição rápida a fauna e flora com que se deparou. No outro dia fez regresso costeando até um grande rio de que efectivamente já levava conhecimento: “*logo pensamos que aquele rio era o Gâmbia e assim era*”.

Subiu então o Rio deparando com populações bem diferentes. De um lado, populações relativamente pacíficas - as do regulo Frangasik. Com este logrou logo estabelecer relações pacíficas “com o qual fizemos pazes” e apreciáveis trocas. Na verdade, ali obteve 180 arráteis de oiro (isto é, cerca de uns 83 quilos). Do outro lado, as populações hostis que tinham liquidado os primeiros exploradores que ali tinham ido nos anos anteriores e com os quais não pôde logo estabelecer contacto.

Se não levava já instruções, logo ali determinou atingir o grande mercado e centro de Cantor de que logo deve ter colhido directas informações. Teria ajuda preciosa de um dos negros com o qual tomou a melhor confiança. De pronto lhe rogou que fosse com ele a Cantor. Para tanto, antecipadamente o presenteou (tal como ao senhor da terra) com “*roupas e (mais) todo o preciso*”. Distribuiu as outras duas caravelas por dois dos portos ao longo do rio “*e eu, com o negro Bucker, subi o rio e achei Cantor que he uma grande habitação junto daquele rio*”.

Seguiram na caravela até que o denso arvoredo das margens lhe impediu a progressão. Deixada, por isso, também a sua caravela, fez o resto do caminho a pé guiado pelo negro Bucker. Fez saber ao senhor da terra (pelo interprete que levava) da razão da sua presença: “*para tratar de comércio à boa paz*”.

Cantor era uma grande cidade e centro mercantil e o melhor e mais próximo caminho de acesso às zonas auríferas do interior. Pouco depois o descreveria Pacheco Pereira: a umas 180 léguas da foz com quatro grandes povoações donde todos os anos se tiram 5 a 6 mil dobras de ouro⁶⁴.

Logo ali estabeleceu boas relações e soube da grande cidade aurífera de Tombuctú, e de outras importantes povoações a Norte e a Sul dessa cidade como era também o interposto de Quióquia⁶⁵. Por aí se fazia activo comércio de ouro e outras mercadorias: por onde circulavam as “caravanas de camelos e dromedários que levavam as mercadorias e muito ouro a Cartago ou Tunis, Fez e Cairo”.

Dali tomou o primeiro conhecimento da rede hidrográfica, que constituem, “grandes e pequenos rios que correm e descem para ocidente e dos outros que correm para o oriente”. Na verdade, a primeira informação da bacia do Alto Niger como também a primeira informação dos grandes montes da Serra Leoa que a enquadram. Ali encontrou um muçulmano da cidade de Tremacém “que ali fora por terra” e com o qual se relacionou amistosamente dele colhendo outras informações sobre a terra e os tratos e os caminhos das caravanas que subiam para o Norte do Continente, em direcção aos portos do Mediterrâneo.

⁶² Relação.

⁶³ PEREIRA, 1892: 50.

⁶⁴ Gao. Vide GODINHO, 1990: 177.

⁶⁵ A contada por Cadamosto?. Vide também Cortesão. II. 556-62.

Outras, certamente as mais preciosas, colheu-as directamente dos habitantes com os quais obteve boa confiança: “*Interroguei-os acerca do caminho pelo qual se vai às terras do oiro e quem eram os senhores daquele país*”... “E disseram-me que aquela parte Oriental (aludindo à bacia do Alto Níger) era toda cheia de minas de oiro, e que os homens que entravam nas covas para trazer as areias auríferas as traziam para fora e as davam às mulheres para lavar e para extrair o oiro. E que aqueles homens não vivem muito por causa do ar que sai das covas do oiro”. *E perguntei dos caminhos que de Cantor se seguiam para as outras terras do ouro e outros lugares donde vi chegar muitos pretos carregados de oiro*”.

Tomadas todas estas informações e feita a paz com os de Cantor, desceu o rio recolhendo as outras caravelas que deixara (e onde muitos já haviam perecido. É assim presumível que Diogo Gomes se tenha demorado bastante tempo com esta missão em Cantor).

É então que procura o contacto com as populações hostis da outra margem que haviam liquidado os cristãos. Servindo-se do mesmo negro Bucker como emissário, chegou ao contacto com o grande Senhor Batimansa ao qual faz saber também das suas boas e pacíficas intenções. Mas este apresentou-se-lhe com aparato bélico de amedrontar e temer: “infinita gente armada com setas venenosas, azagaias, espadas e adagas”. Não ia preparado nem disposto para outros argumentos: Diogo Gomes caminhou para ele ofertando bolachas e vinho! “E eu caminhei para ele levando-lhe as minhas ofertas e biscoito e vinho nosso”. Ele o presenteou com duas mulheres e um homem. Estava quebrada a hostilidade: “Ficou muito contente e muito agradecido folgando comigo, jurando por Deus que não faria mais guerra aos cristãos, e que a partir daí poderiam comerciar livremente nas suas terras”. A melhor e a mais excelente notícia para si e que deveria contentar sobremaneira o Infante.

Não terminava aqui a sua missão de estabelecer pazes e boas relações. Dali procurou a terra de Alcuzet (que tem sido difícil de identificar) socorrendo-se do índio (abexim?) Jacob “que o Infante connosco mandou para que chegassemos à Índia e o mandei ao lugar que se chama Alcuzet (onde de outra vez estivera com um cavaleiro para encontrar a terra de Gela e Tombuctú)” (Vê-se, pois, que ali já estivera o tal Jacob com alguém do Infante. Muito provavelmente em 1455. Cremos que a expedição de Vicente Dias, apesar de nem numa nem noutra das fontes vir referido o nome⁶⁶. Tirou informações de Alcuzet. Diogo Gomes foi depois à residência do Senhor da terra que o presenteou com dentes de elefante e quatro negros. Acabou hóspede de sua casa. Na partida, o Senhor da terra voltou a presentear-lo fornecendo-lhe ainda provimento para as embarcações.

Seria aqui que saberia a verdadeira origem donde partira toda ou a maior hostilidade contra os cristãos: “de um certo Rei chamado Nominans”. Este, por sua parte, já soubera da presença da nova expedição de Cristãos. Receando-se de represálias violentas, resolveu provocá-los “mandando (ao litoral) um grande número de homens e mulheres para me experimentar se por acaso eu lhes faria algum mal”. Funcionou novamente o tacto e a diplomacia: “e eu fiz pelo contrário, recebendo-os com afabilidade”. (De modo bem diferente se portara a expedição de Lançarote de e a de Vicente Dias).

Este Nominans era para Diogo Gomes a peça fundamental da região. Havia que usar de todo o tacto e diplomacia para o convencer da “bondade” dos portugueses e

⁶⁶ *Codice Valentim Fernandes*, 1997: 74-75.

das boas intenções dos mesmos. Vinham sem hostilidade a buscar amizades e boas relações. Diogo Gomes fazia várias diligências e tentativas mandando-lhe muitos presentes pelas almadias que o senhor tinha a seu trato na região. Não foi tarefa fácil. Refere: "muito trabalhei em fazer paz e amizade com este Senhor". Mas os esforços seriam coroados de êxito.

O Rei acabou por se demover e veio, com grande aparato, ter com Diogo Gomes à praia fluvial. Diogo Gomes aproximou se então (como fizera com o Batimansa: "com as minhas cerimónias (e presentes) *do melhor modo que pude*").

Acompanhava este rei "*um bispo de Mafamede*" (Aqui também uma das seguras razões para a hostilidade mostrada desde o início ao aparecimento dos cristãos por aquelas terras). Com ele se travou de razões e de justificações (religiosas). Se aqui se não blasona da sua dialéctica persuasiva e dos seus conhecimentos evangélicos e teológicos (juntos com os recursos e a "inteligência que Deus me deu"), pelo menos, eles foram os suficientes e o resultado foi, até, rápido e convincente: o rei acabou por vir ao seu "partido" ordenando a expulsão do tal pastor de Alá. Mais: logo quis fazer-se também cristão e logo se foi dizendo irmão do infante D. Henrique desejando ser baptizado das mãos de Diogo Gomes. "dizendo que não queria outro nome senão o de Henrique no que todos os da sua casa desejaram também fazer outros, tomando nomes cristãos". Diogo Gomes acabava de obter, certamente, o que mais ambicionava: que não hostilizasse mais daí em diante os cristãos, isto é, os mercadores. Mesmo sem ousar dar-lhe o baptismo (porque não levava padres consigo) é seguro que ali fez seus afilhados. Veio depois o convívio: Levou o Rei e seu séquito a bordo das caravelas a quem serviu a melhor refeição "*preparada ao nosso uso*" regada "*com vinho branco e tinto*" que mandou servir à discrição - "*quanto quiseram beber*"!...

Como o rei insistia no baptismo, sem que ele o pudesse administrar, logo escreveu ao Infante para que na volta lhe enviasse quem o instruisse na fé e o baptizasse e que lhe mandasse outros presentes. Curioso foi o pedir animais domésticos para introduzir nas suas terras e que lhe mandasse construtores que para fazer casas e cercar a sua cidade. Diogo Gomes tudo prometeu transmitir ao Infante. "Quando me despedi - diz Diogo Gomes - elle chorava com todos os seus por causa da muita amizade que se firmara entre mim e elle". A hábil e persuasiva actuação de Diogo Gomes acabava de derubar o maior obstáculo à aproximação pacífica àquelas terras. Além de pazes, deixava as relações abertas na base de verdadeiras amizades, verdadeiros afilhados muitos dos quais desejaram (ou tomaram) o seu próprio nome e de outros de seus companheiros: Ali ficaram Diogos, Nunos etc.! Amplas perspectivas de entrosamento com os cristãos, quiçá primeira grande oportunidade de sedentarização em Terra dos Negros.

Deixado o Batimansa despachou dali uma caravela directamente para Portugal. Diogo Gomes, porém, veio costeando até ao Cabo Verde. Surpreendeu no mar embarcações indígenas que abordou. Por um interprete soube que a bordo de uma delas estava o próprio senhor da Terra - o Beseguichi. Deste se havia recebido também afrontas e hostilidades.

Mais uma vez Diogo Gomes em lugar de atitude hostil e de represália sobre quem também havia feito dano e mal a seus compatriotas, agiu muito pelo contrário: disfarçou saber quem tinha na sua presença. E tinha-o perfeitamente dominado. Na verdade, havia, previamente, colocado as suas caravelas entre as almadias e a costa, impossibilitando qualquer tentativa de fuga. Com bons modos meteu-os a bordo da sua

caravela e presenteou-os regalando-os também com comida e bebidas de Portugal. Perguntaria, então, depois desta boa recepção e acolhimento que lhes fizera, porque razão *esse tal senhor da terra* era assim tão mau e hostil para com os cristãos, insinuando se não seria melhor a esse senhor fazer com eles paz e amizade, retirando lucros e proveitos do trato pacífico “trocando (pacificamente) com eles as suas mercadorias, tal como fazia e “como tirava dos tratos que tinha com os outros grandes senhores negros do Continente”.

Acabada toda esta encenação, com um comportamento perfeitamente fora do normal (noutras circunstâncias ou em tempos anteriores, as almadias teriam sido tomadas e saqueadas e os seus tripulantes feitos escravos) para mais de quem se tinham recebido danos, disse-lhes que levassem recado para o seu senhor Besesgiche (que afinal estava ali entre eles) de que ele - Diogo Gomes - os tomara no mar, mas por consideração que lhe merecia esse tal Beseguichi (!!!) os deixava regressar “sãos e livres para suas terras”. “Do que ficaram muito contentes”. Seguramente não menos surpreendidos com tal atitude.

Regressados às suas embarcações, Diogo Gomes, lançou a última cartada mostrando a sua generosidade e mostrando também que o intuito dos cristãos não era a guerra, mesmo que tivessem razões para a exercer, nem a rapina nem a violência, mas o trato à boa paz: “*Besiguichi, Beseguichi, não julgues que te não conheci, tendo (como viste) podido fazer de ti o que quisesse. Visto que só te fiz bem, tu agora faz o mesmo aos nossos cristãos*”.

O modo de actuação de Diogo Gomes fica neste episódio particularmente bem documentado. Mais: ousou fazer um pedido longe de coacção ou de força, para que o adversário de ontem, decidisse por si próprio e viesse a mudar livremente de atitude, abrindo por essa via e sem coacção a porta aos contactos pacíficos por onde pudessem correr os tratos e as mercadorias. Era manifesto que Diogo Gomes procurava a todo o custo (mesmo engolindo algum orgulho e alguma sede de vingança) garantir para Portugal e para o Infante os tratos e as relações pacíficas neste troço da costa e do Continente.

Remata: “e assim cada um de nós seguiu seu caminho” deixando o Beseghiche certamente espantado e bem surpreendido com semelhante atitude.

Depois de passar por Arguim e ilha das Garças onde se reabasteceu, rumou daí ao Algarve, ao que se apercebe também directamente, sem fazer mais escalas. Aí logo se encontrou com o Infante a quem fez relato da sua missão, recomendando-lhe sobretudo o pedido que por escrito lhe enviava o Rei Nominans.

Não se sabe a data de regresso desta missão de Diogo Gomes. Não temos dúvida, porém, de que nesse mesmo ano de 1456. O que exarou Valentim Fernandes referente ao ano de 1456 não alude a outro que não ao regresso dessa expedição que chefiara Diogo Gomes. E conta outras mais coisas que o Capitão e piloto passou em branco na sua versão: eis a passagem sobre que não temos dúvida assinalar a viagem de Diogo Gomes e o seu regresso ainda em 1456:

“E este anno (de 1456) ouverom fala com os negros e amizades. O Senhor de Gambia he vassalo delrey ou emperador Melly. Forom per este ryo 15 legoas ate elrey Batimansa e mandarom o trusimanm ao dito senhor Batimansa mandando lhe hûa marlota de seda em presente fazendo lhe saber de amizade e se ouvesse mester algûa cousa da terra dos christãos que cada anno elrey de Portugal lhe mandaria e ouverom grande amizade com elle e resgatarom delle escravos e algum pouco de ouro E ajnda que o prezavam ouverom no de barato a respecto do troco E nos 15 dias que hy estiverom vierom muytas almadias pera as caravelas com algodom fiado

de muytas feyções e coores e muytos gatos meymoes, baboynos de muytas sortes, algalia e gatos de algalia E davam cousa de valia de hûu cruzado per algûa cousa de valia de hû real ⁶⁷.

Não anda muito referido ano exacto, mas parece que 1458, enviou o Infante a “embaixada” do abbade Sotto de Casa e de João Delgado ⁶⁸ ao Nominans com tudo o que ele solicitara. (Mas, ao que parece também, após insistências de Diogo Gomes, depois de várias vezes “relembrado”).

Esta embaixada deve ter partido pelos inícios deste ano antes certamente da azáfama em que se envolveu D. Henrique com a preparação da armada com que acompanharia Afonso V a Alcácer. O Rei saiu a 30 de Setembro de Setúbal juntando-se com D. Henrique em Sagres em 3 de Outubro e partindo todos, finalmente, de Lagos em 17 de Outubro para África ⁶⁹.

Mas tudo ficou por aí. E não sabemos da continuidade dessas relações. O que é certo é que as extraordinárias perspectivas abertas sobre os mercados, as terras do ouro e as excelentes contactos que Diogo Gomes deixara atrás de si não seriam, de facto, aproveitadas quer pelo Infante, que pouco depois se finaria, quer por Afonso V.

Causas apontadas: o envolvimento nas Guerras de África: “e aconteceu que nos dois anos próximos (depois do envio desta “embaixada” que seguramente partiu antes do preparo desta expedição) ninguém foi à Guiné porque o Rei Afonso, com 352 velas passou à África e tomou a poderosa cidade de Alcácer” ⁷⁰.

Entretanto ocorreria a morte do Infante, em 1460. Fez-lhe então Afonso V a enorme distinção de ser ele a proceder ao do reconhecimento do corpo do Navegador e de tratar da trasladação para a seu mausulêu na Batalha. Factos só admitidos, sem dúvida, pela muita privança e muita amizade e distinção com que o Infante o distinguira. Igual apreço por parte do Monarca.

Uma segunda missão seria entregue a Diogo Gomes por Afonso V ainda no decurso do ano de 1460 e quando o Infante era ainda vivo.

A Viagem de 1460 tem, em grande parte, os mesmos objectivos: consolidar as relações estabelecidas aproveitando habilidade e trato diplomático de que Diogo Gomes dera provas como ninguém durante a missão de 1456. Afonso V envia-o expressamente à terra dos Barbacins.

Mas é manifesto que o monarca o enviava, desta feita, essencialmente em missão de armada e policiamento, como capitão dos mares que anteriormente visitara. A Coroa descurava a exploração geográfica mas os particulares, com licença ou sem ela, iam-se envolvendo em viagens de negócios e tratos. Diogo Gomes parte, agora, a vigiar e a policiar o trato clandestino a que alguns mercadores (nacionais e estrangeiros) se meterem com ou sem licença do Infante. Diogo Gomes assume-se aqui principalmente como um capitão de armada, mais do que mercador ou de explorador. E ele sublinha o caracter principal desta missão: “o rei deu-me poder sobre as margens daquele mar para quaesquer caravelas que encontrasse em terra de guiné fossem sob minha autoridade e domínio. ordenando-me que as tomasse e lhas

⁶⁷ Vide, *Codice Valentim Fernandes*. 1997: 74 - 75.

⁶⁸ Dias Dinis. 364-369.

⁶⁹ GÓIS, 1789: 24-25.

⁷⁰ Relação.

trouxesse a Portugal”. O resto seria mais secundário. Até a maneira como se comporta relativamente à descoberta de Cabo Verde nos parece mostrar a relativamente pouca importância que dera ao facto (aliás, bem laconicamente descrito) e numa altura em que bem o poderia ter contado para, Behaim, de outro modo.

Em 12 dias pôs-se nos Barbacins isto é, nos mares de Guiné. Pouco depois de chegar deparou-se naquelas imediações com nada menos do que com quatro caravelas três de nacionais, dois dos quais do Porto (Gonçalo Ferreira e o Prado) e mais um outro cujo nome omite talvez por ter sido este Fuão quem denunciou a Diogo Gomes uma outra caravela que viria das partes da Gâmbia com carga ilícita “cheia de riqueza”. (Tratava-se da caravela do mercador portuense – o Prado. Este era então um dos bons mercadores do Porto, que em anos anteriores andara também com embarcações no trato da Flandres⁷¹ aliás, como o próprio Gonçalo Ferreira. Mas este, na verdade, tinha já outro estatuto que não o Prado. Gonçalo Ferreira desde 1450 que era “veedor de nossa carream”⁷². Era também grosso mercador do Porto também metido nos tratos da Flandres e de Ceuta⁷². Numa quarta embarcação encontrou António de Nola. De Gonçalo Ferreira e do genovês logo fez questão de denunciar o mal que vinham fazendo já a esse comércio acusando-os directamente de terem encarecido as mercadorias. Quer dizer, fazia-se activo resgate por parte de nacionais nessa imediações nesse mesmo ano de 1460. Presume-se que dois deles munidos de licença: Gonçalo Ferreira, (aliás criado da casa do Senhor Infante) e o italiano. O outro, ao que se presume, sem ela ou tratando em mercadorias defesas. Seria denunciado por essa quarta caravela – a do tal fuão - que Diogo Gomes ali encontrou e cujo nome não relembrou ou quis intencionalmente ocultar.

Ao Diogo Gomes de trato afável, conciliador e diplomático para com as populações africanas, sucederia, de chofre, o Capitão de armada, intransigente, drástico, violento, deixando-nos surpreendidos com a inflexibilidade mostrada para com um seu compatriota. Diogo Gomes ordenou ao conterrâneo do Prado, sob ameaça de morte e perda e de seus bens, que lhe fosse fazer espera ao Cabo Verde. (Diogo Gomes já sabia, pois, dos trajectos e caminhos habituais das caravelas). Mas, mesmo assim, não o deixou ir só. “eu puz um capitão do rei com o dito Gonçalo Ferreira”. O Prado seria, de facto, aprisionado no Cabo Verde e daí remetido ao Rei sob prisão. Denunciado como tendo levado armas ao trato (e algumas lhe seriam ainda achadas). No retorno recolhera muito ouro ao que se apercebe extraído já do Gâmbia pelos caminhos que Diogo Gomes deixara abertos.

Quer dizer, a primeira viagem de Diogo Gomes e as notícias que se devem ter espalhado das terras do ouro que contactara, tiveram repercussão entre os mercadores do Reino. E essas notícias chegaram seguramente ao Porto. Este inditoso e ousado mercador do Porto (que antes andara na carreira da Flandres onde já vira aprisionada pelo menos uma das suas embarcações) acabaria barbaramente sentenciado numa das praças do Porto “quando algum tempo depois o Rei veio a esta cidade” (*Sendo martirizado em um carro e depois queimado numa fogueira junta-*

⁷¹ *Porto Vereações. 1401-1449.* 360-361.

⁷² AZEVEDO, 1915: vol. I, p. 166, 418 e vol. II, p. 349, 353, 347; *Porto Vereações* cit. 375; 418 por sinal com uma caravela das de maior tonelagem que encontrámos. *Índice Chronologico.* 172.

mente com as suas espadas e o seu ouro". (Terá ocorrido o martírio em 1462 - em Junho ou Julho - altura em que Afonso V se deslocou à Cidade do Porto)⁷³.

Este procedimento e esta actuação para com um dos seus patrícios que pelo desfecho, raia o absurdo e o desumano, faz ressaltar ainda mais o tacto e habilidade diplomáticas que pusera em prática durante a sua anterior missão. Nada de semelhante se tinha então praticado com as populações do Continente. O tacto, a paciência e a diplomacia pautaram sempre as suas acções e o comportamento de Diogo Gomes para com estranhos. Tolerante com as populações do Continente (por motivos óbvios, com certeza) intolerante e drástico para com os prevericadores mesmo que nacionais e seus compatrícios.

O regresso desta missão fecha-se com o achamento e avistamento conjunto (com o genovês António de Nola) de algumas das ilhas de Cabo Verde. Por a sua caravela ser mais veleira (e não se esqueça que era, de facto, uma caravela de armada apesar de ser caravela grande (Cf *Relato*) adiantou-se, depois de ter recomendado que queria ser o primeiro a pôr o pé em terra. E assim se fez. A recomendação não era certamente um simples pedido mas *uma ordem* do capitão de armada, drástico e inflexível (que, pouco antes, não poupava o seu patrício). Aviso para todos os que o acompanhavam e, naturalmente para o genovês (a quem acusara, aliás, de estragar o negócios de Sua Alteza nos marres de Guiné). Não temos por isso, dúvida que a versão mais próxima dos acontecimentos – a que Valentim Fernandes tomou de alguém e fixou – é a mais correcta, a mais segura e a mais lógica, e a que deve ser tomada como mais verídica e correcta: "foy achada esta ilha per Diogo Gomez alomxarife do paço de Sintra E porque Antonio de Noly vinha em outra caravella com elle e veyo primeyro a portugal ouve a capitania della"⁷⁴.

Diogo Gomes regressaria mas sem pressas, até porque a sua missão era de patrulha e policiamento sobre os caminhos de acesso e de regresso desses mar, sem dúvida mais importante para a missão que levava do que o regresso rápido ao Reino para trazer a nova de mais uma ilha, das muitas que os portugueses já tinham encontrado por aqueles mares (se é que não mesmo já alguma do arquipélago ou a própria ilha de Santiago).

Como se sabe, todos estes italianos usaram de desabusada gabarolice. Quiçá por algum desdém e despeito e às vezes por manifesto interesse de retirarem os consequentes louros (ou lucros?) nunca deixando a sua fama por bocas alheias. Todos eles tomaram para si feitos dos outros. De uns conhecemos hoje os nomes, mas de outros, infelizmente, não. Cadamosto diz que descobriu muita coisa, que afinal, lendo com toda a atenção o seu próprio texto se conclui ter sido já descoberto e visitado por outros)⁷⁵:

⁷³ *Codice Valentim Fernandes*, 1997: 157. A propósito desta Viagem de Afonso V ao Minho cf. MARQUES, 1984. (Mas onde se não refere esta acção punitiva ao marcador do Porto Mais provavelmente terá tido lugar em Julho, quando o monarca aqui se demorou por mais tempo. MARQUES, 1984: 28).

⁷⁴ *Codice Valentim Fernandes*, 1997: 157. E também acerca da descoberta do Rio Gâmbia se deve atender à lúdima veracidade e segurança da versão fixada por Valentim Fernandes: descoberto por um Criado do Infante com o qual estavam dois mercadores italianos "Antoniotto e Luys de Mosto" (*Codice Valentim Fernandes*, 1997: 73). Não cita o nome desse criado, mas sabemos que quem saiu de Lagos, levando pela mão Cadamosto, foi o traquejado Vicente Dias. Vide. COSTA, 1938.

⁷⁵ Vide OLIVEIRA, 1999.

“Não fez nem aumentou as descobertas. Estudou os lugares (já) conhecidos e deles deu informações”⁷⁶.

A discussão acerca deste último acontecimento e desta prioridade ainda não acabou até porque outro estrangeiro se tem apresentado a disputá-la – Cadamosto. Todavia, pelo modo como referiu e contou esta descoberta, tornou-a praticamente impossível e insustentável do ponto de vista físico e geográfico. Mas ... porque esta questão pertence ao Descobridor e não ao Diplomata, aqui a deixamos de lado juntamente com algumas outras questões.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de, dir., 1994 - *Dicionário de História dos Descobrimentos portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2 vols.
- AZEVEDO, Pedro de, 1915 - *Documentos das Chancelarias Reaes anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, Coimbra, I e II.
- BAIÃO, António, 1940 - *O Manuscrito Valentim Fernandes*, Lisboa.
- BARROS, João de, 1988 - *Ásia . Década*. Lisboa, Ed. Casa da Moeda, vol. I.
- BETTENCOUT, E. A de, 1881-82 - *Descobrimientos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do Ultramar nos séculos XV e XVI*, Lisboa.
- BRÁSIO, António, 1960 - *Uma carta inédita de Valentim Fernandes*, Coimbra, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol.24.
- BRÁSIO, António, org. e notas, 1958 - *Monumenta Missionaria Africana*, 2ª Série, vol. I.
- CADAMOSTO, Luís de, 1944 - *Navegações*, Lisboa, ed. de Carlo Rossi.
- CÂNDIDO, A Zeferino, 1898 - *Portugal*, Lisboa, vol. I.
- CANTO, Ernesto do, 1878 - *Diogo Gomes de Sintra e o Descobrimento das Ilhas dos Açores*. “Arquivo dos Açores”, Ponta Delgada, I.
- Codice Valentim Fernandes*, 1997 - Lisboa, Academia Portuguesa de História, leitura e notas de José Pereira da Costa.
- CORTESÃO, Armando, 1931 - *Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, A G. C..
- CORTESÃO, Jaime, 1975 - *Os Descobrimentos portugueses*, Lisboa, Liv. Horizonte.
- COSTA, A Fontoura da, 1938 - *Sobre uma versão da descoberta das ilhas de Cabo Verde*, Lisboa (Separata de “Memórias da Academia das Ciências”, Letras, T.III.).
- COSTA, A Fontoura da, 1939 - *Cartas das Ilha de Cabo Verde*, Lisboa.
- Descobrimientos Portugueses*, 1988 - Reimpr. Fac-Simil., Lisboa, INIC.
- DIAS, Manuel Nunes, 1963 - *O Capitalismo Monárquico português (1415-1459)*, Coimbra, vol. I.
- DINIS, A. J. Dias, 1960 - *Estudos Henriquinos*, Coimbra.
- DINIS, A.J. Dias, org e anot., 1965-1971 - *Monumenta Henricina*, Coimbra, vols. VII-XII.
- FARO, Jorge de, 1957 - *Duas expedições enviadas Guiné antes de 1474*. “Boletim Cultural da Guiné Portuguesa”, Lisboa, vol. II.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha, 1989 - *Gente do mar no Porto dos séculos XIV e XV* in “Bartolomeu Dias e a sua época. Actas do Congresso Internacional”, Porto, Universidade do Porto/CNCDP, vol. II. “Navegações na segunda metade do século XV”, p. 344.
- GARCIA, José Manuel, 1983 - *Viagens dos Descobrimentos*, Lisboa, Edit. Presença.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1944 - *A expansão Quatrocentista portuguesa*, Lisboa.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1981 - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Ed. Presença, 4 vols.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1990 - *Mito e Mercadoria. Utopia e pratica de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Edifel.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, s.d. - *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, Edições Gleba, vol. I.
- GOIS, Damião de, 1619 - *Chronica do Felicissimo Rey Dom Emanuel*, Lisboa.
- GOIS, Damião de, 1789 - *Chronica do Serenissimo Principe D. João*, Coimbra.

⁷⁶ Zeferino Candido há muito o anotou. Cf. CÂNDIDO, 1898: vol. I, p 73.

- LEITE, Duarte, 1941 - *Acerca da Crónica dos feitos de Guiné*, Lisboa, Liv. Bertrand.
- LOPES, Marília dos Santos, 1995 - *Valentim Fernandes e os descobrimentos portugueses* in "IV Encontro Luso Alemão", Lisboa.
- LÓPEZ DE GOMARA, 1799 - *Historiadores primitivos de las Indias*, Madrid, ed. André Gonçalves Barcia, tomo II, p. 94.
- MARQUES, J. M. da Silva, 1949 - *Sintra e Sintrenses no Ultramar português*, Lisboa.
- MARQUES, José, 1984 - *Ação Governativa de Afonso V durante a visita ao Minho, em 1462*, Braga.
- MAUNY, R. ; DUVAL, G., 1950 - *Un problème de Géographie historique: les origines lointaines de la découverte du Cap Vert* in "2ª Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais", Lisboa.
- MAUNY, R. ; DUVAL, G., 1959 - *De la première découverte de la Guinée*, Bissau.
- MOTA, Teixeira da, 1950 - *Diogo Gomes primeiro grande explorador do Gâmbia (1456)* in "Actas da 2ª Conferência Internacional dos Africanistas", Lisboa, p. 310-317.
- MOTA, Teixeira da, 1976 - *Alguns aspectos da Colonização e do Comércio marítimo dos portugueses na África Ocidental nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, JICU.
- MOTA, Teixeira da, 1946 - *Como foi descoberta a Guiné*. "Boletim Cultural da Guiné", nº 3, Lisboa (Separata).
- OLIVEIRA, Aurélio, 1998 - *Cabo Verde nas estratégias atlânticas joaninas*, Porto.
- OLIVEIRA, Aurélio, 1999 - *Nos Caminhos do Atlântico*, Braga.
- OLIVEIRA, Aurélio, s.d. - *Fernão Gomes da Mina Mercador e Conselheiro de Monarcas* (No Prelo).
- PEREIRA, Duarte Pacheco, 1892 - *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, ed. de R. E. de Azevedo Basto.
- PEREIRA, Gabriel, 1900 - *As Relações do descobrimento da Guiné das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, versão do latim por Gabriel Pereira, Lisboa (Separata do "Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa").
- PERES, Damião, 1943 - *História dos Descobrimientos portugueses*, Porto.
- SANTOS, Maria Emilia Madeira, 1988 - *Viagens de explorações terrestres dos portugueses em África*, Lisboa.
- ZURARA, Gomes Eanes de, 1973 - *Crónica de Guiné*, introdução e notas de José de Bragança, Porto, Liv. Civilização.